

NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: Desafios postos ao serviço social

NEOLIBERALISM, SOCIAL POLICIES AND THE “SOCIAL QUESTION” IN BRAZIL AND THE AMAZON: Challenges positioned to social work

Lidiane David¹

Lucas Wellington da Silva Silva²

Roselene de Souza Portela³

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as contradições entre neoliberalismo, políticas sociais e “questão social”, situando os impactos desses processos no Brasil e, de forma particular, na Amazônia, bem como problematizar os desafios postos ao Serviço Social na formação e no exercício profissional. A investigação foi realizada a partir do método de análise crítico-dialético, fundamentado no materialismo histórico-dialético, e desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica junto a autores/as da tradição marxista, como Netto (2003; 2001), Iamamoto (2001; 2020), Boschetti (2012; 2018) e Montañó (1999). Buscou-se apreender a realidade como totalidade concreta e contraditória, articulando dois eixos de análise: a política social como expressão do Estado capitalista, marcada pela tensão entre coerção e consenso, e a particularidade da “questão social” na Amazônia, onde as desigualdades históricas são aprofundadas pela lógica neoliberal. Os resultados evidenciam que as políticas sociais, longe de serem neutras, constituem terreno de disputa entre capital e trabalho, funcionando simultaneamente como conquista histórica da classe trabalhadora e como mecanismo de regulação estatal. Na Amazônia, essas contradições são ainda mais agudas, uma vez que a região permanece submetida a projetos desenvolvimentistas que privilegiam a expansão da fronteira econômica em detrimento da garantia de direitos sociais, afetando diretamente povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e populações urbanas empobrecidas. Conclui-se que o Serviço Social deve reafirmar seu projeto ético-político,

¹ Assistente Social. Mestra em Serviço Social. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA) - E-mail: lididvd@gmail.com.

² Bacharel em Serviço Social. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). E-mail: lucwel.silva@gmail.com.

³ Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais. Docente Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: roselene@ufpa.br

NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL

tensionando as contradições das políticas sociais, articulando-se com movimentos sociais e fortalecendo a luta pela universalização de direitos e pela construção de uma nova ordem societária, fundada na emancipação humana.

Palavras-chave: Políticas Sociais. Neoliberalismo. Questão Social. Serviço Social. Amazônia.

Abstract

This article aims to analyze the contradictions between neoliberalism, social policies, and the social question, situating the impacts of these processes in Brazil and, in particular, in the Amazon, as well as problematizing the challenges posed to Social Work in its training and professional practice. The research was carried out using the critical-dialectical method of analysis, grounded in historical-dialectical materialism, and developed through bibliographical research with authors from the Marxist tradition, such as Netto (2003; 2001), Iamamoto (2001; 2020), Boschetti (2012; 2018) and Montaña (1999). The study sought to understand reality as a concrete and contradictory totality, articulating two axes of analysis: social policy as an expression of the capitalist state, marked by the tension between coercion and consensus, and the particularity of the social question in the Amazon, where historical inequalities are deepened by neoliberal logic. The results demonstrate that social policies, far from being neutral, constitute a terrain of dispute between capital and labor, functioning simultaneously as a historic achievement of the working class and as a mechanism of state regulation. In the Amazon, these contradictions are even more acute, as the region remains subject to developmental projects that prioritize the expansion of the economic frontier to the detriment of guaranteeing social rights, directly affecting Indigenous peoples, riverside communities, quilombolas, and impoverished urban populations. The conclusion is that Social Work must reaffirm its ethical-political project, challenging the contradictions of social policies, connecting with social movements, and strengthening the struggle for the universalization of rights and the construction of a new societal order founded on human emancipation.

Keywords: Social Policies. Neoliberalism. Social Question. Social Work. Amazon.

Introdução

As políticas sociais no Brasil, e de modo particular na Amazônia, constituem um campo de disputas atravessado por contradições estruturais da sociedade capitalista. Tais contradições se expressam na relação entre capital e trabalho, no movimento histórico de luta da classe trabalhadora por direitos e, simultaneamente, nos mecanismos de regulação estatal que limitam ou neutralizam tais conquistas. Como destaca Iamamoto (2020), a profissão participa da

NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL

reprodução contraditória da vida social no capitalismo, sendo permanentemente tensionada pelas disputas em torno da política social e pelas múltiplas expressões da “questão social”.

Este artigo tem como objetivo analisar as contradições entre neoliberalismo, políticas sociais e “questão social”, situando os impactos desses processos no Brasil e na Amazônia e problematizando os desafios postos ao Serviço Social tanto no âmbito da formação quanto no exercício profissional. Para tanto, a reflexão articula dois eixos centrais: de um lado, o debate sobre a política social como expressão contraditória do Estado capitalista, marcado pela dualidade coerção e consenso (Boschetti, 2012; Abrahamson, 2004; Esping-Andersen, 2010); de outro, a análise das particularidades amazônicas, onde as desigualdades históricas se aprofundam no contexto neoliberal (Teixeira, 2008; Nascimento *et al.*, 2021).

A metodologia orienta-se pelo materialismo histórico-dialético, o que significa compreender a realidade como totalidade concreta em constante movimento, atravessada por contradições que se desdobram em múltiplas expressões da “questão social”. Para desenvolver a análise, utilizou-se o método de análise crítico-dialético, com base em pesquisa bibliográfica de autores/as da tradição marxista, como Netto (2003; 2001), Iamamoto (2001; 2020), Boschetti (2012; 2018) e Montaña (1999).

Esse percurso metodológico permitiu articular categorias centrais, como capital, trabalho, Estado e política social, situando a “questão social” em suas determinações históricas e estruturais. Ademais, a perspectiva teórico-metodológica marxiana possibilita não apenas identificar os limites das políticas sociais, mas também situar o horizonte ético-político do Serviço Social em defesa da emancipação humana.

A relevância deste estudo está na necessidade de articular a reflexão teórico-crítica sobre o Estado, a política social e o neoliberalismo com as condições concretas de reprodução da vida na Amazônia. Trata-se de uma região marcada historicamente por processos de colonização, expropriação e imposição de projetos desenvolvimentistas que acentuaram desigualdades socioeconômicas, étnicas e territoriais (Leal, 2010). A atual ofensiva neoliberal reatualiza e intensifica tais desigualdades, gerando desafios particulares à formação e à atuação dos/as assistentes sociais na região.

A estrutura do artigo organiza-se em cinco seções, além desta introdução. Na primeira, discute-se a relação entre neoliberalismo, “questão social” e políticas sociais no Brasil e na Amazônia, situando a gênese histórica dessas categorias e seus desdobramentos contemporâneos. Em seguida, aprofunda-se a análise da política social como coerção e

NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL

consenso no Estado capitalista, com base em autores clássicos e contemporâneos da teoria social crítica.

A terceira seção aborda os desafios postos ao Serviço Social na conjuntura neoliberal, destacando os limites e possibilidades da profissão. A quarta seção examina a particularidade da “questão social” na Amazônia, ressaltando os impactos históricos e atuais sobre a população local e sobre o exercício profissional. Por fim, apresentam-se as considerações finais, que reafirmam a centralidade da análise crítica e do projeto ético-político do Serviço Social diante das contradições do capitalismo neoliberal.

Neoliberalismo e “questão social” no Brasil e na Amazônia

A categoria “questão social” é central para a compreensão da política social e para a própria identidade do Serviço Social como profissão. Conforme Netto (2001), ela emerge historicamente como expressão das desigualdades produzidas pela contradição fundamental do capitalismo entre capital e trabalho. Seu surgimento no cenário europeu remonta ao século XIX, quando a classe trabalhadora irrompe na cena política e impõe ao Estado burguês a necessidade de respostas. Segundo Iamamoto (2001, p. 20):

A ‘questão social’ não é uma simples questão de pobreza, mas a expressão do antagonismo estrutural entre capital e trabalho, que se apresenta de formas múltiplas, históricas e concretas, exigindo do Estado a formulação de mecanismos de regulação e controle.

No Brasil, a “questão social” se consolidou no início do século XX, particularmente na Era Vargas (1930-1945), quando a institucionalização do trabalho assalariado exigiu que o Estado incorporasse respostas ainda que limitadas. Perez (2024) observa que esse processo ocorreu em meio a um capitalismo dependente e periférico, no qual as relações de exploração foram marcadas pela herança escravista e pela subordinação ao mercado internacional. Ademais, é a partir desse contexto que o Estado brasileiro começa a intervir nas expressões da “questão social”, ainda que de forma restrita e incipiente⁴.

No âmbito da Amazônia brasileira⁵, a gênese da “questão social” possui características singulares. Teixeira (2008) identifica que a região foi historicamente inserida no processo de

⁴ Sob forte influência da Igreja Católica, é inclusive nesse contexto que surgem as primeiras escolas de Serviço Social do país (Yazbek, 2021).

⁵ Para efeito de recorte geográfico, entende-se aqui por Amazônia brasileira a região da Amazônia Legal (conforme delimitação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) que abrange os Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. No entanto, do ponto de vista teórico-prático, as reflexões aqui apresentadas estão assentadas sob a realidade da região norte do Brasil, especificamente da Amazônia paraense, de onde os presentes autores possuem referências empíricas para embasar tais reflexões.

NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL

acumulação capitalista mundial a partir de três dimensões: a exploração predatória de matérias-primas; a imposição da propriedade privada, que desestruturou modos de vida indígenas e tradicionais; e a implementação de grandes projetos de desenvolvimento que expropriaram territórios e ampliaram desigualdades.

Esse padrão histórico estruturou a região como espaço de subordinação e de dependência, onde a “questão social” assume contornos ainda mais complexos. A precariedade das políticas públicas, a fragilidade da infraestrutura física e social e a ausência de reconhecimento pleno da diversidade étnica e cultural tornam a Amazônia um território em que as contradições capitalistas se revelam de forma intensa - que, em seu conjunto, foram lidas pelos entes governamentais sob a concepção de “fator amazônico” (Teixeira, 2013; Campos, 2013).

Com a ascensão do neoliberalismo a partir da crise dos anos 1970, e sua aplicação no Brasil desde os anos 1990, esse quadro se agravou. Behring (2018) denomina esse momento de “primeira onda neoliberal”, marcada pelas reformas do governo Collor e aprofundadas por Fernando Henrique Cardoso, sob forte influência do Consenso de Washington. As políticas sociais passam a ser focalizadas, privatizadas e submetidas à lógica da austeridade fiscal. Como resultado, há um processo de regressão dos direitos conquistados na Constituição de 1988.

No âmbito regional, os impactos são ainda mais perversos. Nascimento *et al.* (2021, p. 225) afirmam que:

No contexto de um ultra-neoliberalismo que se materializa, por exemplo, como na Emenda Constitucional nº 95/2016, tem-se uma drástica redução dos investimentos na esfera social, com desdobramentos que agravam a já insuficiente oferta dos serviços e benefícios prestados no âmbito da Assistência Social. Na Amazônia, este quadro tem cores dramáticas, dadas por uma série de fatores históricos, culturais, políticos e sociais que são adensados pela homogeneização própria das políticas públicas.

A chamada Emenda do Teto de Gastos n.º 95/2016 cristaliza a lógica de contenção fiscal permanente, penalizando sobretudo as regiões periféricas. Na Amazônia, onde as distâncias geográficas, a precariedade de serviços e a diversidade cultural já impunham enormes desafios, a redução dos investimentos sociais agrava a exclusão de povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e populações urbanas empobrecidas⁶.

⁶ Conforme adverte Teixeira (2013), é importante considerar que identidade étnica ou pertencimento sociocultural dos povos da floresta não são agravantes da pobreza, e, por isso, não devem ser entendidos como sinônimos. Pelo contrário, são as condições sociais de produção da pobreza – a lei geral da acumulação – que agrava a realidade social vivida por esses sujeitos.

NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL

Segundo Portela *et al.* (2021, p. 12), “a Amazônia guarda uma dimensão particular em relação às outras regiões por ser a única do país que se encontra em saque definitivo”. As lutas sociais na Amazônia revelam a contradição entre desenvolvimento e espoliação, evidenciando o avanço do neoliberalismo sobre povos e territórios (Portela *et al.*, 2021).

Na região amazônica, a presença seletiva do Estado é perceptível em diferentes momentos históricos, como durante a ditadura militar, quando grandes projetos de infraestrutura foram implementados sob forte repressão às comunidades locais. Esse padrão se atualiza hoje em políticas que priorizam a exploração de recursos e a expansão da fronteira agrícola em detrimento da proteção social e ambiental.

Nesse parâmetro, o chamado “desenvolvimento às avessas” na região amazônica revela a face contraditória do neoliberalismo, que se legitima como progresso, mas se materializa na espoliação dos recursos naturais e na intensificação da “questão social” (Portela *et al.*, 2021). Essa realidade evidencia que os impactos do modelo neoliberal vão além da esfera econômica, atingindo diretamente as condições de vida das populações amazônicas e ampliando os conflitos socioterritoriais.

Dessa forma, a análise da “questão social” na Amazônia brasileira sob a ótica do neoliberalismo revela não apenas a intensificação da desigualdade, mas também a seletividade do Estado, que se mostra presente para assegurar as condições de acumulação do capital e ausente na garantia de direitos sociais. Essa contradição compõe o cenário no qual se insere o trabalho do Serviço Social, desafiado a responder às múltiplas expressões da “questão social” em um território marcado por enorme diversidade sociocultural e profundas desigualdades.

Política Social como coerção e consenso no Estado Capitalista

Compreender a política social no marco da sociedade capitalista, implica reconhecê-la como fenômeno contraditório, expressão tanto das lutas sociais por direitos quanto das estratégias estatais de regulação e reprodução da ordem vigente. Boschetti (2012) aponta que, embora os sistemas de proteção social assegurem melhorias nas condições de vida e redução das desigualdades, seguramente não desmercantilizam as relações sociais, que continuam sendo regidas pelas relações capitalistas fundadas na socialização da produção e apropriação privada de seus resultados.

Nessa perspectiva, a política social pode ser entendida como resultado da tensão entre coerção e consenso. De um lado, atua como mecanismo de coerção ao impor limites às reivindicações da classe trabalhadora e ao organizar respostas restritivas à “questão social”; de

NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL

outro, funciona como forma de consenso ao garantir algum nível de proteção que legitima a ordem social e o próprio Estado burguês (Lojkine, 1997). Como afirma o autor, o Estado “(...) dilui o poder político da classe dominante em competências fragmentadas e autônomas (deliberação, decisão, execução...)”, preservando a legitimidade da ordem (Lojkine, 1997, p. 53).

Essa dualidade é evidente quando observamos a história dos welfare states nos países capitalistas centrais. Esping-Andersen (2010) identifica três grandes regimes: o social-democrata (com políticas universais e forte proteção social), o liberal (restrito, focalizado nos mais pobres) e o conservador-corporativo (vinculado a regimes profissionais e contributivos). Apesar das diferenças, todos cumprem a função de sustentar a reprodução do capital.

No entanto, a expansão dos Estados de bem-estar foi temporal e geograficamente limitada. Piersom (1991)⁷, ao analisar suas origens entre 1880 e 1975, mostra que esse modelo foi possível em sociedades com forte regulação estatal do mercado de trabalho, baseadas no pleno emprego e na capacidade de arrecadação. No ‘período de ouro’ entre 1945 e 1975, observou-se a ampliação de benefícios e serviços, mas a crise dos anos 1970 evidenciou seus limites e inaugurou um ciclo de contrarreformas que transferiu os custos da crise para a classe trabalhadora. Como sintetiza Boschetti (2012):

O ambiente de crise após a década de 1970 evidencia os limites do Estado social capitalista, e as medidas adotadas mostram que as opções políticas de respostas à crise, apesar das especificidades nacionais, tiveram como ponto comum a transferência dos custos da crise para a classe trabalhadora, por meio da redução dos direitos, do aumento do desemprego, da ampliação de trabalhos sem direitos e da precarização das relações de trabalho (Boschetti, 2012, p. 764).

Nos países periféricos, como o Brasil, esse padrão se manifesta de forma ainda mais restritiva. Behring e Boschetti (2009) lembram que a política social brasileira nasce marcada pela condição dependente do capitalismo nacional, articulada à colonização, ao escravismo e à subordinação ao mercado mundial. Isso explica por que a seguridade social instituída pela Constituição de 1988 – marco de ampliação de direitos – logo foi tensionada pela lógica neoliberal e pelas reformas regressivas dos anos 1990.

O caráter contraditório da política social se expressa, portanto, em diferentes dimensões. Abrahamson (2004) ressalta que a política social contemporânea é resultado de uma combinação entre Estado, mercado e sociedade civil, o chamado pluralismo de bem-estar ou

⁷ Utilizou-se uma versão resumida do texto (p. 102-140), preparada por Potyara A. Pereira a partir da tradução do original.

NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL

welfare mix. Para os entusiastas, essa configuração poderia democratizar a provisão social; contudo, na prática, ela tem significado a redução do papel do Estado e o aumento da mercantilização dos serviços, subordinando ainda mais a reprodução da vida ao capital.

Montaño (1999) reforça que a política social no neoliberalismo sofre uma profunda reorientação: torna-se focalizada, segmentada e direcionada apenas a grupos em situação de pobreza extrema, ao mesmo tempo em que transfere responsabilidades para famílias, comunidades e organizações não estatais. Isso expressa o caráter dual do Estado burguês, que combina a lógica democrática (expansão limitada da cidadania) e a lógica capitalista (contenção de custos e defesa da acumulação).

O Estado social capitalista, como afirma Boschetti (2018), é permeado por relações contraditórias entre a luta da classe por direitos e as necessidades de regulação estatal para assegurar a acumulação do capital. Por um lado, possibilitou a criação de condições objetivas para a reprodução e integração da força de trabalho; por outro, foi e continua sendo elemento central da expansão capitalista, subordinando os direitos às exigências da acumulação.

Nesse sentido, a política social deve ser compreendida como campo de tensões permanentes, como Netto (2003, p. 15) ilustra:

Entendo as políticas sociais como respostas do Estado burguês do período do capitalismo monopolista a demandas postas no movimento social por classes vulnerabilizadas pela ‘questão social’. O Estado apresenta respostas quando os afetados são capazes de exercer pressão organizada. Não basta haver ‘questão social’ para que haja política social; é preciso que haja mobilização para demandar respostas.

Assim, longe de ser instrumento neutro, a política social é expressão das contradições estruturais do capitalismo. Seu caráter ambíguo – de garantia parcial de direitos e, ao mesmo tempo, de sustentação da ordem – a coloca como objeto central de análise crítica e como espaço de intervenção estratégica do Serviço Social.

Serviço Social na conjuntura neoliberal

O Serviço Social brasileiro tem sua história profundamente vinculada às políticas sociais. Desde a emergência da profissão, na década de 1930, sob forte influência da Igreja Católica, até a construção de seu projeto ético-político crítico nas décadas de 1980 e 1990, a trajetória da categoria reflete as disputas em torno da “questão social” e as transformações do Estado brasileiro (Yazbek, 2021).

Com a Constituição de 1988 e a institucionalização da Seguridade Social, abriu-se um horizonte de ampliação de direitos sociais que impactou diretamente o campo de atuação

NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL

profissional. No entanto, a partir da década de 1990, o avanço do neoliberalismo e das contrarreformas do Estado impuseram novos limites à profissão.

Nesse contexto, o Serviço Social construiu, como resposta, um novo projeto ético-político profissional, baseado na defesa intransigente dos direitos sociais, na radicalização da democracia e na perspectiva de emancipação humana. Esse projeto teve como marcos a aprovação do Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662/1993) e a formulação das Diretrizes Curriculares pela ABEPSS de 1996, que consolidaram um horizonte crítico para a profissão (Netto, 2015).

Todavia, a materialização desse projeto enfrenta limites concretos. Behring e Boschetti (2016, p. 132) apontam que

Em contexto de crise, as políticas sociais são os principais alvos da mercantilização, da focalização, da privatização, da transformação de bens e serviços em mercadorias destinadas a manter aquecido o consumo e a competitividade, e sofrem diretamente a ofensiva capitalista em sua permanente busca por superlucros. Em sua peleja para assegurar direitos e universalizar as políticas sociais, as/os assistentes sociais são duramente tensionados com exigências institucionais para endurecer critérios de elegibilidade, estabelecer ou ampliar condicionalidade e contrapartidas, focalizar benefícios e prestações assistenciais e previdenciárias, reduzir o nível dos benefícios sociais; desenvolver serviços sem as devidas condições financeiras e institucionais, transferir cuidados e proteção públicos as famílias e/ou organizações não governamentais entre outras demandas que impõe intransponíveis limites à universalização das políticas e dos direitos.

A precarização das condições de trabalho, a intensificação da burocratização e a insuficiência de recursos financeiros e institucionais impactam diretamente a prática cotidiana do/a assistente social. Tais desafios se expressam não apenas no campo das políticas sociais, mas também nas próprias relações de trabalho, marcadas por contratos temporários, baixos salários e sobrecarga de demandas.

Reitera-se que os recursos financeiros que deveriam ser destinados ao aprimoramento das políticas sociais são alvo de consecutivos cortes em nome do superávit primário e do pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Opera-se, na realidade, uma verdadeira apropriação do fundo público para salvaguardar os interesses do capital financeiro rentista por intermédio de um ajuste fiscal que sempre pesa para o lado dos direitos da classe trabalhadora, especialmente para a parcela composta de mulheres pretas, mães solo e moradoras das periferias, em um constante desmonte da Seguridade Social⁸.

⁸ “No ajuste fiscal em curso desde 1993, a DRU [Desvinculação de Receitas da União] tem sido um importante instrumento para retirar recursos das fontes tributárias exclusivas da seguridade social. A DRU tem sua origem no antigo Fundo Social de Emergência (FSE), que já em 2004 permitia a desvinculação de 20% dos recursos destinados às políticas da seguridade social.” (Salvador, 2017, p. 429).

NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL

Na Amazônia, esses problemas se intensificam. Como observam Nascimento *et al.* (2021, p. 221), “A particularidade regional, onde se manifesta a generalidade da questão social do país, impõe à profissão o desafio de compreender a singularidade da Amazônia como totalidade, com seus elementos socioculturais, étnicos e territoriais próprios”. Isso significa que a formação e a atuação profissional precisam incorporar a dimensão regional, reconhecendo os modos de vida e as formas de resistência de povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e comunidades tradicionais.

A formação acadêmica, nesse sentido, desempenha papel estratégico. Se, em âmbito nacional, cabe oferecer aos estudantes uma compreensão crítica da formação social brasileira, na Amazônia é fundamental que os currículos possibilitem também uma leitura aprofundada da formação social da região. Isso implica articular conteúdos sobre a história da colonização, a exploração econômica, os grandes projetos desenvolvimentistas e os impactos atuais do neoliberalismo.

Nascimento *et al.* (2021, p. 224) defendem que:

Uma intervenção profissional qualificada não deve se ater apenas à garantia de direitos dos grupos sociais etnicamente diferenciados, mas ao resgate da diversidade étnica dos povos que habitam a Amazônia, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e protagonistas da história de resistência na região, e não como grupos de segunda classe.

Essa perspectiva exige do Serviço Social um compromisso ético-político que vá além da aplicação de normativas institucionais, assumindo o desafio de construir respostas criativas e coletivas diante da ofensiva neoliberal. Significa compreender a política social como campo de disputa e tensionar suas contradições, afirmando a defesa dos direitos sociais como parte de um projeto maior de emancipação humana.

Assim, é preciso destacar que a precarização das políticas sociais e das condições de trabalho profissional não anula as possibilidades de resistência. Pelo contrário, colocam em evidência a necessidade de articular rigor teórico-metodológico, competência técnico-operativa e compromisso ético-político, como elementos indissociáveis da prática profissional.

Nesse sentido, o Serviço Social na conjuntura neoliberal reafirma sua relevância como profissão que, ao mesmo tempo em que intervém nas expressões imediatas da “questão social”, mantém vivo o horizonte de superação do modo de produção capitalista.

Amazônia: particularidade regional da “questão social”

NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL

A Amazônia é um território marcado por intensas contradições sociais, econômicas e ambientais, que fazem dessa região um espaço paradigmático para compreender as expressões da “questão social” no Brasil. Contudo, antes de se prosseguir com a problematização de tais contradições, faz-se necessário precisar o que se entende por Amazônia no presente artigo.

O conceito de Amazônia compreende múltiplas dimensões e determinações que, no âmbito teórico-metodológico e administrativo-governamental, são apreendidas sob diferentes (e, por vezes, convergentes ou mesmo divergentes) lentes teóricas e perspectivas metodológicas. Ademais, do ponto de vista geográfico, o território amazônico está situado para além do Brasil, alcançando, ainda, em sua totalidade, 8 países: Peru, Colômbia, Bolívia, Venezuela, Equador, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Daí a sua denominação de “Pan-Amazônia” para se referir à sua escala nacional e internacional.

No Brasil, o recorte geográfico da região amazônica tem incorporado tanto a delimitação da chamada Amazônia Legal, criada pela Lei n.º 1.806/1953 e atualizada pelo IBGE, que corresponde a mais da metade do território brasileiro (cerca de 60%), quanto dos Estados da região norte do país.

Apenas esses dados já poderiam indicar e ilustrar a dimensão e profundidade do que se poderia entender por Amazônia, mas são, em si mesmos, insuficientes para apreender essa região em sua totalidade. Compreendê-la exige ultrapassar os limites das delimitações geográficas e administrativas, reconhecendo-a como uma formação histórico-social produzida por múltiplas determinações econômicas, políticas, culturais, territoriais e ambientais. É sobretudo a partir desta perspectiva que se pode empregar criticamente o denominado “fator amazônico”.

Longe da pretensão de esgotar o exame dessa totalidade, e considerando a discussão aqui levantada sobre políticas sociais, é oportuno apresentar o “fator amazônico” como um dos elementos representativos e articuladores da particularidade do território amazônico. Sem desconsiderar a sua origem contraditória e mesmo problemática durante a ditadura brasileira, corrobora-se com a assertiva de Campos (2013, p. 33), para quem esse termo tem o potencial de indicar que a Amazônia “é uma voz que reclama audiência, é uma paisagem que avoca luz, é um povo que advoga isonomia”.

Nesses termos, pensar o fator amazônico no âmbito das políticas públicas e sociais implica considerar não somente os elementos “negativos” da realidade amazônica, como era comum na visão do planejamento oficial durante o período do regime militar, mas sobretudo os

NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL

seus “ativos regionais” ou potencialidades, atribuindo-lhe, por isso, um outro conteúdo (Teixeira, 2013).

Contudo, atribuir esse outro conteúdo não significa lançar mão de uma visão naturalista ou romântica da particularidade amazônica, ainda que pensar a Amazônia implique considerar a relação do gênero humano com a natureza; trata-se, efetivamente, de colocar tal particularidade, em seus desafios e possibilidades, sob a análise crítica e rigorosa da formação social, econômica, política, cultural e ambiental da Amazônia, ou, em outras palavras, trata-se de colocar a particularidade amazônica à luz do movimento do real como um conjunto de processos social e historicamente produzidos (Trindade Jr. *et al.*, 2021).

O fator amazônico, ao considerar a particularidade amazônica em seus desafios, possibilidades e singularidades, evoca, nesse sentido: 1) o reconhecimento do conflito entre capital *versus* trabalho na Amazônia e de suas consequências para as etnias e povos da floresta (conflitos fundiários, violência no campo, contaminações por metais pesados e agrotóxicos, movimentos e resistências populares, etc.); 2) considerar que a questão regional foi forjada historicamente a partir da distribuição desigual e da concentração da riqueza no Sul e Sudeste em detrimento do Norte e do Nordeste brasileiros; 3) apreender as temporalidades e espacialidades particulares da Amazônia, onde o tempo da natureza costuma convergir com as formas híbridas entre urbano e rural; 4) reconhecer e valorizar os saberes locais das diversas étnicas e dos povos da floresta, suas práticas culturais e relações de pertencimento com a natureza e com o território (Teixeira, 2013; Trindade Jr. *et al.*, 2021).

As dimensões anteriormente apontadas permitem compreender que a particularidade amazônica não decorre de características naturais ou culturais isoladas, mas de processos históricos concretos que articulam território, Estado, trabalho e formas de apropriação da riqueza social. Nessa direção, a compreensão da Amazônia exige situá-la no interior da dinâmica de expansão do capitalismo e de suas formas específicas de intervenção estatal.

Ao longo de sua história, a região foi incorporada ao processo de acumulação capitalista mundial de forma subordinada, ora como fornecedora de matérias-primas, ora como fronteira para grandes projetos de integração e expansão econômica. Essa inserção produziu profundas desigualdades sociais e fragilizou a construção de políticas sociais universais e efetivas.

O conjunto destas contradições não representa, em sua totalidade, a ausência do Estado; pelo contrário, representa a presença do Estado como fornecedor das condições necessárias à reprodução do capital na região amazônica em detrimento do atendimento das demandas sociais de povos, comunidades tradicionais e etnias indígenas da região. Destaca-se, por exemplo, a

NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL

atuação do Estado na região durante a ditadura militar brasileira. Nesse sentido, observa-se que “a Amazônia foi transformada em uma fronteira de commodities. A expansão da pecuária brasileira ocorre na sua fronteira, com frentes peruanas, bolivianas e colombianas” (Portela *et al.*, 2021, p. 55).

Segundo Teixeira (2008), a formação social amazônica pode ser compreendida a partir de três dimensões fundamentais: a) a exploração predatória dos recursos naturais, como o ciclo da borracha no final do século XIX e início do XX, responsável por um modelo de acumulação concentrador e excludente; b) a imposição da propriedade privada, que rompeu os modos de vida tradicionais e provocou processos de expropriação territorial de povos indígenas e comunidades locais; e c) a implementação de grandes projetos desenvolvimentistas, sobretudo no período da ditadura militar, como a Zona Franca de Manaus, a abertura de estradas (BR-163, Transamazônica) e a construção de hidrelétricas. Esses projetos, sustentados pelo discurso da “integração nacional”, representaram a presença ativa do Estado na região, mas voltada prioritariamente para atender aos interesses do capital nacional e internacional.

Essa trajetória histórica explica por que a Amazônia, até hoje, convive com uma enorme desigualdade no acesso a direitos básicos, como saúde, educação, transporte e saneamento. A dimensão territorial amplia os desafios, já que a baixa densidade demográfica e as grandes distâncias impõem custos elevados e dificultam a oferta de serviços públicos universais. Contudo, tais limites não podem ser explicados apenas pelas características geográficas da região. Eles expressam opções políticas e econômicas historicamente construídas, que se aprofundam em períodos de retração das políticas sociais e de fortalecimento das estratégias de ajuste fiscal.

No contexto neoliberal, essas contradições se acentuam. A Emenda Constitucional n.º 95/2016, que estabeleceu o teto de gastos por vinte anos, teve impactos devastadores nas regiões mais vulneráveis, como a Amazônia. Conforme analisam Nascimento *et al.* (2021, p. 225),

Na Amazônia, a drástica redução dos investimentos sociais assume proporções ainda mais graves, dada a histórica insuficiência de serviços e a necessidade de considerar as especificidades étnicas e culturais da região. A homogeneização das políticas públicas, típica do neoliberalismo, desconsidera as diversidades locais e amplia a exclusão social.

Os povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e populações urbanas empobrecidas são os mais afetados por esse processo. A precarização da saúde pública, por exemplo, se expressa na falta de unidades básicas em áreas rurais e ribeirinhas, no desabastecimento de medicamentos e na ausência de profissionais. Na educação, a evasão escolar permanece

NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL

elevada, especialmente entre jovens de comunidades tradicionais, em razão da distância geográfica e da ausência de políticas específicas.

Além disso, a expansão da fronteira agrícola, a mineração ilegal e os projetos de infraestrutura, frequentemente apoiados pelo Estado, produzem impactos ambientais e sociais que agravam a “questão social” na região. Tais processos também provocaram profundas alterações na organização do espaço amazônico, especialmente nas cidades, onde a expansão de grandes empreendimentos econômicos, associada à concentração fundiária e à lógica de valorização do território, contribuiu para processos de urbanização marcados pela segregação socioespacial, pela precarização das condições de moradia e pela ampliação das desigualdades no acesso à infraestrutura urbana.

Desse modo, a “questão social” na Amazônia manifesta-se não apenas nos conflitos relacionados à exploração dos recursos naturais, mas também nas contradições que atravessam a produção social do espaço urbano. Ao mesmo tempo, a degradação ambiental, o avanço do desmatamento e a expropriação dos territórios afetam diretamente as condições de subsistência de povos e comunidades, gerando novos ciclos de empobrecimento, deslocamentos forçados e aprofundamento das desigualdades sociais.

É precisamente nessa articulação entre exploração econômica, degradação ambiental e reprodução das desigualdades sociais que Teixeira (2008, p. 145) propõe uma importante reflexão para os assistentes sociais que atuam na região amazônica:

Temos convicção de que, hoje, o processo que gera a devastação ambiental, o extermínio de espécies raras, a poluição dos rios, a liquidação dos ecossistemas, da biodiversidade, é o mesmo que gera a dita “exclusão”? Somos capazes de dar conta da especificidade da pobreza em cada realidade municipal, de contextualizá-la?

Nesse cenário, o Serviço Social enfrenta desafios singulares. A intervenção profissional não pode se restringir à aplicação burocrática de programas e benefícios sociais, mas deve incorporar uma leitura crítica da realidade amazônica e de suas especificidades, conforme aquela sugerida no âmbito do fator amazônico.

Isso significa que a formação acadêmica e a prática cotidiana do/a assistente social na Amazônia deve estar comprometida não apenas com a universalização de direitos, mas também com a valorização das identidades culturais e territoriais. A defesa da diversidade é parte constitutiva do projeto ético-político da profissão e um requisito para enfrentar a lógica homogeneizadora das políticas neoliberais.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que a atuação profissional ocorre em condições adversas: falta de recursos, precariedade institucional e isolamento geográfico. Essa realidade

NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL

exige dos/as assistentes sociais criatividade, articulação com movimentos sociais e compromisso ético-político para transformar os limites em possibilidades de resistência.

Portanto, a particularidade da “questão social” na Amazônia está no cruzamento de três dimensões: as desigualdades estruturais do capitalismo dependente; os impactos históricos de projetos de exploração e integração subordinada; e a intensificação da precarização no contexto neoliberal. Nesse cruzamento, o Serviço Social é convocado a reafirmar sua identidade crítica, fortalecendo a luta por direitos e reconhecendo a diversidade como elemento constitutivo da emancipação humana.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu compreender que as políticas sociais, no marco da sociabilidade capitalista, não são instrumentos neutros, mas expressões contraditórias das relações entre capital e trabalho. Elas resultam de lutas históricas da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, são limitadas pelas funções de regulação e reprodução do Estado burguês. Tal contradição, que se manifesta sob a forma de coerção e consenso, constitui o terreno em que se desenvolvem as disputas em torno da “questão social”.

No Brasil, essas tensões adquirem contornos particulares. A Constituição Federal de 1988 representou um avanço significativo ao instituir a Seguridade Social como direito de cidadania, mas o ciclo neoliberal iniciado nos anos 1990 promoveu uma série de contrarreformas que restringiram tais conquistas. A aprovação da Emenda Constitucional n.º 95/2016 simboliza a radicalização da lógica de austeridade, comprometendo o financiamento das políticas sociais e aprofundando as desigualdades.

Na Amazônia, esses limites são ainda mais evidentes. A inserção histórica subordinada da região no processo de acumulação capitalista, somada à fragilidade das políticas sociais e à homogeneização imposta pelo neoliberalismo, intensifica as expressões da “questão social”. Povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e populações urbanas empobrecidas experimentam de forma dramática os efeitos da precarização, revelando a seletividade do Estado, que se mostra presente para garantir a expansão da fronteira econômica e ausente para assegurar direitos.

Diante desse quadro, cabe ao Serviço Social assumir uma postura crítica e propositiva. Isso significa não apenas reconhecer os limites objetivos das políticas sociais, mas também atuar de forma a tensionar suas contradições em favor da classe trabalhadora, pois é justamente

NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL

no seio dessas contradições que a profissão tem a possibilidade de afirmar seu projeto ético-político.

É preciso reafirmar a defesa intransigente dos direitos sociais, a luta pela universalização das políticas públicas e a recusa de perspectivas focalizadas e assistencialistas que fragmentam a classe trabalhadora. No entanto, essa defesa, por si só, não é suficiente. É necessário que a prática profissional esteja articulada a um horizonte de transformação societária que ultrapasse os limites da sociabilidade capitalista.

Dessa forma, o desafio colocado ao Serviço Social consiste em articular a resistência cotidiana à ofensiva neoliberal com a construção de mediações capazes de fortalecer a luta da classe trabalhadora por uma sociedade para além do capital. Isso implica investir na formação crítica, fortalecer a articulação com movimentos sociais e populares e assumir a defesa da diversidade étnica, cultural e territorial como parte da luta por emancipação.

Em síntese, este artigo buscou demonstrar que as políticas sociais, embora limitadas pela lógica do capital, podem e devem ser espaços de luta, de resistência e de afirmação de direitos. Na Amazônia, essa luta ganha contornos ainda mais urgentes, dada a intensidade das desigualdades e a invisibilização histórica da região. Ao Serviço Social cabe a tarefa de intervir criticamente nessas contradições, alinhado aos interesses da classe trabalhadora e comprometido com a construção de uma nova sociabilidade, para além da exploração capitalista e em direção à emancipação humana.

Referências

BEHRING, E. R. Estado no Capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. *In*: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes (org.). **Marxismo, Política Social e Direitos**. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BEHRING, E. R.; BOSQUETTI, I. Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação visceral. *In*: SILVA, M. L. O. (org.) **SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeus. São Paulo: **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, p. 754-803, out./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/KpwwS8L8Fs7r3Pj83NZrcjJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 24 jun. 2026.

NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL

BOSCHETTI, Ivanete. Crítica Marxista do Estado Social e dos Direitos no Capitalismo Contemporâneo. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes (org.). **Marxismo, Política Social e Direitos**. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

BRAHAMSON, P. Neoliberalismo, pluralismo de bem-estar e configuração das políticas sociais. In: BOSCHETTI, I.; PEREIRA, P. A. P.; CÉSAR, M. A.; CARVALHO, D. B. B. (org.). **Política social: alternativas ao neoliberalismo**. UnB. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social, 2004.

CAMPOS, Edval Bernardino. As sociedades amazônicas e o SUAS. In: CAMPOS, Edval Bernardino (org.). **Fator amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social**. Belém: ICSA/UFPA, 2013.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. **The three worlds of welfare capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2010.

IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 2, n. 3, 2001. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2026.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2020

LEAL, Aluizio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia. **Revista de Estudos Paraenses**, Belém, Edição Especial, p. 89-122, 2010. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/09/UMA-SINOPSE-HISTu00D3RICA-DA-AMAZu00D4NIA.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2026.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 1999.

NASCIMENTO, N. S. F.; TEIXEIRA, J. B.; SÁ, M. E. R. de; SILVA, T. S. Lógica do capital e (in)sustentabilidade na Amazônia. In: ANDRADE, R. F. C.; PINHEIRO, H. A.; CUNHA, M. G. N.; CAVALCANTE, L. de L.; FERNANDEZ, C. B. (org.). **Serviço Social, Políticas Públicas e Sustentabilidade**. Alexa Cultural: São Paulo, EDUA: Manaus. 2021.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jun. 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 23 jun. 2026.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL

NETTO, José Paulo. O Materialismo Histórico como instrumento da análise das Políticas Sociais. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. (org.). **Estado e Políticas Sociais**: Brasil-Paraná. CASCAVEL: Edunioeste. 2003.

PEREZ, Davi Machado. Gênese e consolidação da “questão social” na particularidade brasileira. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.27, n. 1, p. 1-11, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/6KGYxj4bm89PvFXTMVbbJWg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2026.

PIERSON, Christopher. **Beyond the Welfare State?**. Cambridge: Polity Press, 1991.

PORTELA, R. S.; CARDOSO, W. S.; DAVID, L. M. S.; SILVA, M. M. Lutas sociais na Amazônia brasileira: um debate reflexivo sobre desenvolvimento às avessas na Amazônia. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas: trabalho alienado, destruição da natureza e crise de hegemonia; consciência de classe e lutas sociais na superação da barbárie, n. 10, São Luís. **Anais[...]**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2021. p. 1-15. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/upload/anais/trabalho_submissaoId_609_6096127aa8a307f3.pdf?031619. Acesso em: 23 jun. 2026.

SALVADOR, Evilásio da Silva. Desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/mT566rdLKQ8crx5qQ4z7W9k/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2026.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. A Amazônia e a interface com o SUAS. In: CAMPOS, Edval Bernardino (org.). **Fator amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social**. Belém: ICSA/UFPA, 2013.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Meio ambiente, Amazônia e Serviço Social. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 141-152, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/download/94/86/371>. Acesso em: 23 jun. 2026.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; LEITE, Gabriel Carvalho da Silva; OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de. AMAZÔNIA: SABERES LOCAIS, SOLIDARIEDADE ORGÂNICA E FLEXIBILIDADE EQUATORIAL. **Ra’e Ga: o Espaço Geográfico em Análise**, [S. l.], v. 52, p. 84–107, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/75488>. Acesso em: 23 jun. 2026.

YAZBEK, Maria Carmelita. EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA EM TEMPOS DE DEVASTAÇÃO DO TRABALHO. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 16-30, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37164>. Acesso em: 23 jun. 2026.